



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Programa de Estabilidade 2019-2023

Apresentação na Comissão de Orçamento, Finanças
e Modernização Administrativa

23 de abril de 2019

- O Programa de Estabilidade 2019/2023 foi submetido ao Parlamento e tornado público no final de 2ª feira, 15 de abril, em conjunto com o Programa Nacional de Reformas 2016/22, atualização 2019.
- O Conselho das Finanças Públicas está neste momento a proceder à análise do Programa de Estabilidade com vista à publicação do habitual Relatório sobre o mesmo.
- As notas que são agora apresentadas sobre o seu conteúdo devem assim ser entendidas como preliminares e sujeitas a revisão, em função da análise detalhada que o CFP irá apresentar nesse Relatório.

A posição do CFP relativa ao cenário macroeconómico subjacente ao PE 2019-2023

Em resultado da análise efetuada às **previsões macroeconómicas subjacentes à proposta de Programa de Estabilidade para 2019-2023**, o **Conselho das Finanças Públicas**:

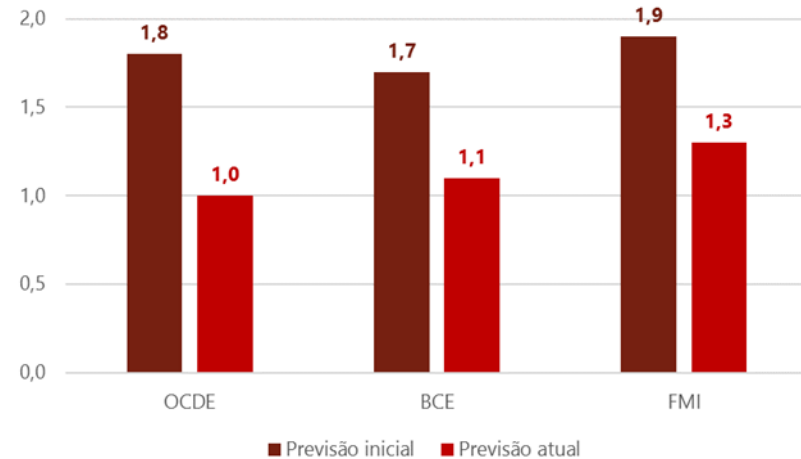
- **Endossou as previsões para 2019-2020.**
 - Tendo em conta a informação mais atual disponível para a conjuntura nacional e internacional, as previsões para este período encontram-se enquadradas dentro do limite de previsões prováveis, ainda que contemplem riscos descendentes acrescidos para o crescimento da economia, que são de natureza sobretudo externa.
- **Não endossou as previsões para 2021-2023.**
 - Dada a divergência significativa face às demais previsões e projeções consideradas, tanto no que diz respeito ao crescimento do produto como em relação à sua trajetória de aceleração. No entendimento do CFP, com base na informação disponível, tais previsões não se traduzem no cenário macroeconómico mais provável nem num cenário mais prudente.

A envolvente externa: recentes revisões em baixa



Destaca-se a deterioração das expectativas de crescimento da economia da Área do Euro em 2019 por parte de instituições como a OCDE, o Banco Central Europeu (BCE) e o FMI.

Revisões na expectativa de crescimento da Área do Euro para 2019 (variação, %)



Fontes: OCDE – *Economic Outlook No. 104*, novembro 2018 e *Interim Economic Outlook*, março 2019; BCE – *ECB staff macroeconomic projections for the euro area*, dezembro 2018 e março 2019; e FMI - *World Economic Outlook*, outubro 2018 e abril 2019.

O risco de abrandamento das economias dos principais parceiros comerciais de Portugal tem impacto direto nas variáveis do comércio externo, com efeitos potenciais no restante cenário.



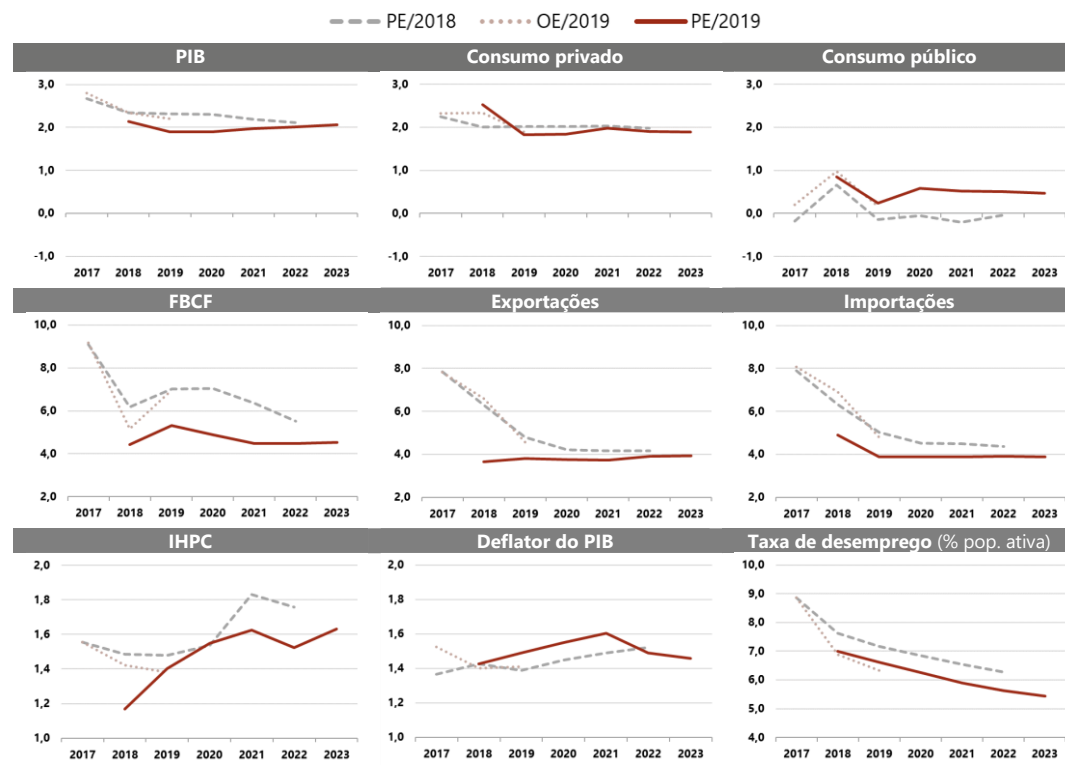
O cenário macroeconómico do Ministério das Finanças

- O MF estima um abrandamento do crescimento económico de 2,1% em 2018, para 1,9%, o que se traduz numa revisão em baixa face às anteriores projeções.
 - No médio prazo, o MF estima uma aceleração do crescimento, para situar-se em 2,1% em 2022 e 2023.
 - A aceleração do crescimento assenta no consumo privado e ainda, no médio prazo, nas exportações que irão melhorar ao longo do período de projeção (de um crescimento de 3,6% em 2018 para 3,9% em 2022 e 2023).
 - Já o investimento (FBCF) desacelera, de uma taxa de 5,3% em 2019 para 4,5% no médio prazo.
 - Para 2019, é feita uma revisão em baixa do crescimento do investimento (face à projeção do OE 2019), de 7,0% para 5,3%
 - A taxa de desemprego continuará a decair, de 6,6% em 2019 para se fixar em 5,4% em 2023.
-

Principais conclusões: cenário macroeconómico

Apesar da revisão em baixa do crescimento da economia portuguesa face ao cenário apresentado no OE/2019 e no PE/2018, este cenário apresenta riscos descendentes significativos.

Riscos que são agravados no período 2021-2023.

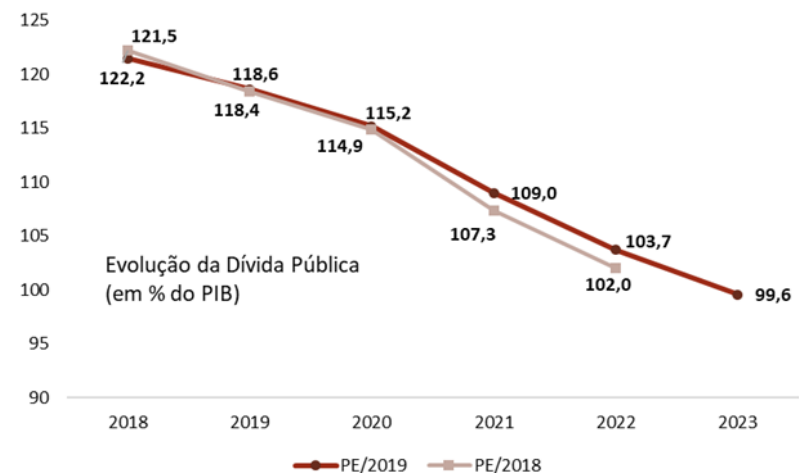
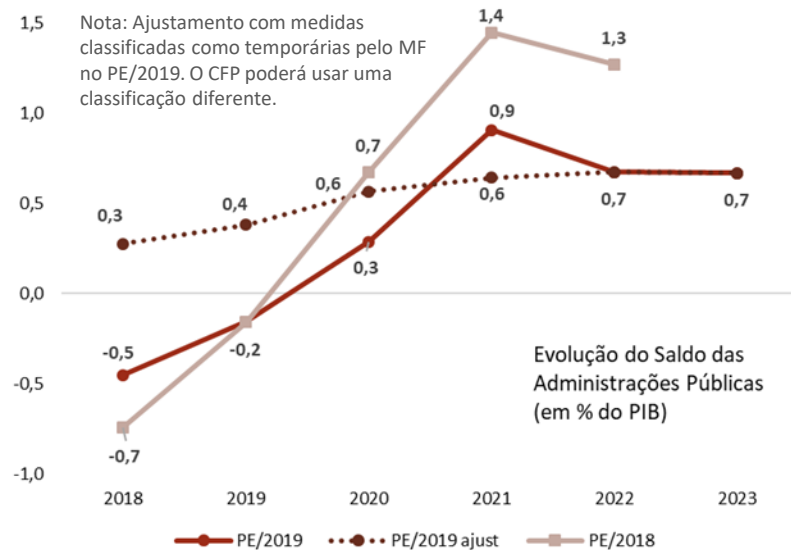


Fonte: MF – PE/2019, OE/2019 e PE/2018.

Metas de Política Orçamental no PE

Embora com resultados mais moderados do que no anterior, o PE em apreço mantém a orientação contracíclica da política orçamental, com o objetivo atingir saldos orçamentais positivos compatíveis com a redução do rácio da dívida pública.

Esta orientação é adequada à situação e condicionantes da economia portuguesa. Dadas as pressões e riscos orçamentais existentes o controlo das despesas é essencial, dada a vulnerabilidade cíclica das receitas.



A passagem do défice de 2019 ao excedente orçamental, a partir de 2020, resulta essencialmente da previsão de:

- Uma envolvente macroeconómica positiva (produto, emprego e salários);
- Dinâmicas orçamentais favoráveis, em particular do lado da receita, as quais intentam acomodar a pressão que possa existir em certas componentes da despesa, especialmente no caso da materialização de um conjunto de riscos que o CFP tem vindo a assinalar.



Riscos e pressões orçamentais

- Uma deterioração da envolvente económica maior que a esperada pode ter impacto orçamental na receita e na despesa, comprometendo os objetivos orçamentais;
 - O impacto da continuação de necessidades de apoio ao sector financeiro, cujos contornos globais não são completamente conhecidos e que podem exigir recursos adicionais significativos;
 - Constituem ainda pressões e riscos orçamentais:
 - A situação do financiamento do SNS, seja no consumo intermédio, seja nas necessidades de investimento;
 - O efeito direto e os efeitos de arrastamento do descongelamento das progressões nas carreiras gerais e especiais das AP.
-

A concretização da nova LEO: o que falta fazer

- Adiamento da entrada em vigor da LEO e atrasos no processo de regulamentação
 - Embora já tenham sido dados passos importantes quanto à adoção do SNC-AP, falta fazer evoluir o nosso sistema orçamental de uma base (fundamentalmente ainda) de caixa para uma base de acréscimo, garantindo ainda uma visão (financeira) consolidada de todo o sector público; a isto acresce o atraso na implementação da ECE;
 - A **programação plurianual macro** está por concluir: o papel da Lei das GOP como suporte do quadro plurianual da despesa; o reforço da natureza vinculativa deste em relação ao OE.
 - A **programação plurianual micro** está por concluir: para quando um verdadeiro sistema de orçamento de programas, que permita uma gestão mais estratégica, rigorosa e racional da despesa pública? Para quando um efetivo sistema de custeio de atividades orçamentais e um sistema de desempenho?
-



Obrigada pela vossa atenção.